

Relatório Anual 2025

Atividades
e Resultados
da Abrage



Sumário

Executivo

Mensagem da Presidente	04
Governança e Liderança	06
Objetivos Estratégicos	12
Legislativo	24
Participações Sociais	30
Comitês Técnicos	36
Conclusão	46



Mensagem da Presidente

Prezadas(os) Associadas(os), Parceiras(os) e Amigas(os) do Setor,

É com um profundo senso de missão cumprida e uma energia renovada que apresento a vocês o Relatório Final de 2025 da Abrage. Este ano foi um período de **intensa transformação** e **conquista**, no qual a hidreletricidade reafirmou seu papel indispensável no presente e no futuro da matriz energética brasileira.

Diante das mudanças vertiginosas na matriz, especialmente ao longo da última década, nosso setor enfrentou desafios complexos que exigiram não apenas resiliência, mas, sobretudo, **ação coordenada e visão de longo prazo**. A instabilidade do sistema, causada pelo déficit em flexibilidade e potência e por desenhos de mercado que não refletem mais a realidade operacional, exigiu de nós uma resposta incisiva.

Em 2025, nossa principal ação foi levar a verdade técnica para o centro do debate. Atuamos ativamente, em conjunto com nossos associados, para defender o atributo mais valioso da hidreletricidade: **a garantia do suprimento energético com confiabilidade a preços justos**.

Nosso legado foi construído com avanços concretos:

- **Marco Regulatório:** Conseguimos avanços relevantes na Lei nº 15.269/2025, com medidas voltadas ao aprimoramento da formação de preços, à valorização

da flexibilidade e do armazenamento hidráulico, ao licenciamento ambiental prioritário para hidrelétricas e à valorização da hidreletricidade nas Políticas Nacionais Energética e de Recursos Hídricos, além da validação do Produto Potência Hidrelétrica no LRCAP 2026.

- **Combate a Distorções:** Lançamos uma frente de trabalho unificada para mitigar os Cortes de Geração (*Curtailment*) e aumentar competitividade, apresentando propostas robustas para ANEEL para corrigir distorções regulatórias e enfrentar a expansão acelerada da MMD.
- **Retomada das Hidrelétricas:** Reforçamos a presença institucional da Abrage nos principais espaços de formulação de políticas públicas, levando a agenda da hidreletricidade à COP 30, em Belém, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a diversos debates no Congresso Nacional. Também fortalecemos o diálogo com o Poder Executivo e ampliamos a coordenação com entidades nacionais e internacionais, além de conquistar a designação para o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), assegurando que a geração hidrelétrica - limpa, renovável e estratégica - esteja no centro da política energética nacional.

Sabemos, contudo, que não existe “bala de prata”. O futuro exige um conjunto consistente e integrado de medidas. A Abrage seguirá atuando para aprimorar os sinais de preço no setor elétrico, assegurar a adequada remuneração da flexibilidade proporcionada pelas hidrelétricas e ampliar a participação dessas usinas nos mecanismos de capacidade e de exportação de energia. Também continuaremos defendendo a expansão do armazenamento, com a redução de restrições regulatórias, o desenvolvimento de novos projetos hidrelétricos e a implantação de hidrelétricas reversíveis, como elemento essencial para a confiabilidade do sistema. Nosso objetivo é contribuir para um setor elétrico mais sustentável, eficiente e seguro, capaz de garantir o atendimento da demanda e a estabilidade do mercado de energia elétrica em um cenário de profundas transformações.

Se quisermos manter o Brasil como referência mundial em matriz limpa e líder da transição energética, precisamos de **visão estratégica e ação coordenada**. Esse é o compromisso inegociável da Abrage para 2026.

Muito obrigada, e tenham uma leitura produtiva.



Marisete de Fátima Dadald
Presidente-Executiva da Abrage

Governança e Liderança

A performance da Abrage em 2025 foi solidamente fundamentada em uma governança estratégica, capaz de antecipar desafios regulatórios e posicionar a hidreletricidade no centro da agenda nacional de energia e clima.

Planejamento Estratégico 2025

O ano de 2025 representou um momento decisivo para a consolidação da visão estratégica da Abrage. O Planejamento Estratégico, iniciado em 2024, foi revisto e aprimorado para refletir as transformações estruturais do setor elétrico brasileiro e alinhar a atuação institucional da Associação aos desafios de um sistema cada vez mais marcado pela expansão acelerada de fontes renováveis variáveis, pela crescente necessidade de flexibilidade operativa e pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de formação de preços e de valoração de atributos sistêmicos.

O ano de 2025 representou um momento decisivo para a consolidação da visão estratégica da Abrage. O Planejamento Estratégico, iniciado em 2024, foi revisto e aprimorado para refletir as profundas transformações em curso no setor elétrico brasileiro e alinhar a atuação institucional da Associação aos novos desafios da matriz elétrica nacional, cada vez mais marcada pela expansão de fontes renováveis variáveis, pela crescente necessidade de flexibilidade e capacidade no sistema e pela importância de aperfeiçoar os sinais econômicos que orientam a operação e os investimentos no setor.

Nesse contexto, a Abrage estruturou sua atuação em torno de seis objetivos estratégicos que orientaram a produção técnica e o diálogo institucional ao longo do ano: aprimoramento da formação de preços, fortalecimento da competitividade e da segurança de mercado, mitigação dos cortes de geração, ampliação da contribuição das hidrelétricas para a capacidade do sistema, valorização da flexibilidade e o fortalecimento da comunicação institucional.

Um dos eixos centrais dessa agenda foi o aprimoramento dos sinais econômicos do

setor elétrico. A Associação atuou de forma consistente para fortalecer a aderência entre a operação física do sistema e a sinalização econômica refletida nos preços, condição essencial para a eficiência alocativa, a segurança de suprimento e a sustentabilidade econômica do mercado de energia. Nesse sentido, a Abrage contribuiu para o debate regulatório sobre formação de preços, governança dos modelos computacionais, critérios de aversão a risco e valoração adequada de atributos sistêmicos, como flexibilidade, capacidade e armazenamento.

Paralelamente, o tema dos cortes de geração (*curtailment*) ganhou centralidade no debate setorial ao longo de 2025. Em resposta à gravidade da situação, a Abrage atuou em conjunto com outras associações do setor elétrico para ampliar a visibilidade do tema e defender soluções estruturais para os impactos na operação e na sustentabilidade econômica do sistema elétrico brasileiro.

Essa mobilização institucional incluiu a articulação junto aos principais órgãos setoriais e a apresentação de contribuições técnicas voltadas ao aprimoramento do ordenamento dos cortes, ao compartilhamento equilibrado de seus impactos econômicos entre os agentes e ao enfrentamento de distorções concorrenciais associadas à expansão acelerada da geração distribuída.

Em todas essas frentes, a Abrage reforçou a importância de planejamento estruturado e visão de longo prazo para o setor elétrico brasileiro. Em um sistema intensivo em capital e de maturação longa, a consistência dos sinais regulatórios e econômicos é condição indispensável para viabilizar investimentos, reduzir incertezas e assegurar a confiabilidade do atendimento à demanda.

A estratégia institucional da Abrage também envolveu uma atuação crescente na ocupação qualificada de espaços de formulação de políticas públicas e de debate técnico, ampliando o alcance das contribuições da Associação no Brasil e no exterior. Ao longo do ano, a entidade intensificou sua presença em fóruns regulatórios, instâncias governamentais, eventos setoriais e iniciativas de cooperação institucional, fortalecendo o diálogo com órgãos do Poder Executivo, com o Congresso Nacional, com entidades do setor elétrico e com organizações nacionais e internacionais.

Nesse contexto, destacou-se a participação ativa da Abrage na construção de iniciativas voltadas à valorização das fontes renováveis, incluindo sua atuação no Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte) e em iniciativas internacionais associadas à agenda climática e à COP30. Essas frentes ampliaram a visibilidade da hidreletricidade como

elemento estruturante de um sistema elétrico resiliente, capaz de combinar alta participação de renováveis com confiabilidade operativa e eficiência econômica.

A Abrage também contribuiu para ampliar e consolidar o reconhecimento da hidreletricidade como ativo essencial para a segurança energética, a competitividade econômica e a sustentabilidade da matriz elétrica brasileira.

Em todas essas frentes, a Associação reforçou a importância de planejamento estruturado e visão de longo prazo para o setor elétrico brasileiro. Em um sistema intensivo em capital e de maturação longa, a consistência dos sinais regulatórios e econômicos, aliada à coordenação entre planejamento, operação e mercado, é condição indispensável para viabilizar investimentos, reduzir incertezas e assegurar a confiabilidade do atendimento à demanda.

Parcerias Globais e a “Gigante Esquecida”

Em uma união estratégica com a **International Hydropower Association (IHA)** e a **Global Renewables Alliance (GRA)**, a Abrage integrou o painel global sobre o papel da hidrelétrica sustentável na transição da América Latina. O debate focou no desafio do *curtailment* (cortes de geração) e no potencial dos **Sistemas de Armazenamento de Energia Hídrica (SAH)**. A pauta ecoou o alerta de Fatih Birol, da *International Energy Agency (IEA)*, sobre a energia hídrica ser a “**gigante esquecida da eletricidade**”, percepção que a Abrage busca transformar por meio de engajamento técnico e internacional.

No dia 11 de novembro, em painel central no Museu das Amazônias em conjunto com a **ENGIE** e a **COPPE/UFRJ**, a presidente Marisete Pereira reiterou a urgência de superar barreiras como os longos prazos de licenciamento e aprimorar modelos de remuneração. Foi destacado o potencial das **Hidrelétricas Reversíveis** e a importância

de avanços regulatórios, como o **PLV nº 10/2025**, para alinhar o preço de curto prazo à realidade física da operação.

A participação da Abrage na COP30 reafirmou que o futuro renovável depende de ajustar a rota de expansão, consolidando o Brasil como liderança global na descarbonização através de três pilares:

- 1. Modernização e Repotenciação:** Ampliação da eficiência e capacidade das usinas já existentes.
- 2. Novos Reservatórios e SAH:** Elementos fundamentais para o armazenamento de longa duração, estabilidade sistêmica e resiliência climática.
- 3. Sustentabilidade e Legitimidade Social:** Engajamento contínuo com as comunidades para uma repartição equilibrada de benefícios.

Com um potencial hidrelétrico sustentável de **86 GW ainda a ser explorado**, a Abrage encerra sua participação na COP30 com o desafio de construir uma **nova geração de hidrelétricas**. O objetivo é garantir que essa

fonte continue sendo a alavanca central da matriz brasileira, assegurando um sistema verdadeiramente limpo, seguro e competitivo para as próximas décadas.

Assembleia Geral das Associadas

Governança ativa, decisões estratégicas e compromisso com resultados

Em 2025, a Assembleia Geral das associadas exerceu papel central na consolidação da governança e no direcionamento estratégico da Abrage.

Na 26ª Assembleia Geral Ordinária, foram apreciados e aprovados o Relatório de Atividades de 2024 e as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de parecer de auditoria independente. A deliberação reforçou o compromisso da Associação com transparência, rigor na gestão dos recursos e prestação de contas estruturada às associadas.

Já na 76ª Assembleia Geral Extraordinária, as associadas aprovaram o Planejamento Estratégico para 2026, organizado em sete temas prioritários – Comunicação; Cortes

de Geração; Competitividade e Segurança de Mercado; Aprimoramentos na Formação de Preços; Flexibilidade; Capacidade; e Gestão e Manutenção de Ativos – refletindo a ampliação e o amadurecimento da agenda institucional da Abrage. Na mesma ocasião, foi aprovado o Orçamento 2026, alinhado às prioridades estratégicas definidas e estruturado de forma a preservar o equilíbrio financeiro da entidade, garantindo os recursos necessários para a continuidade de sua atuação técnica e representativa.

As deliberações tomadas ao longo do ano evidenciam uma governança ativa, participativa e orientada por planejamento, assegurando coerência entre estratégia, gestão financeira e defesa qualificada dos interesses da geração hidrelétrica no Brasil.

Quadro de Associadas em 2025



Conselho de Administração

Em 2025, o Conselho de Administração da Abrage manteve atuação contínua, estratégica e altamente participativa, reunindo-se em 12 reuniões ordinárias ao longo do exercício e em 3 reuniões extraordinárias, convocadas diante de temas urgentes e relevantes para o setor.

O Conselho exerceu papel central na definição e no acompanhamento das diretrizes institucionais da Associação, deliberando sobre prestação de contas, alcance de metas e Relatório de Atividades de 2024; sobre proposta orçamentária e Plano de Metas 2025; sobre diretrizes e objetivos do Planejamento Estratégico 2026; além de decisões relevantes sobre atuação legislativa, regulatória e institucional. Também deliberou sobre temas sensíveis, como posicionamentos em projetos de lei, contratação de consultorias estratégicas e iniciativas de comunicação e representação institucional.

Destaca-se o elevado nível de engajamento dos membros do colegiado, com participação ativa nas discussões técnicas, contribuições qualificadas às propostas da Diretoria e busca permanente de consensos, inclusive em matérias que exigiram maior quórum deliberativo. A pluralidade de visões das empresas representadas fortaleceu a consistência das decisões e assegurou legitimidade às posições institucionais adotadas pela Abrage ao longo do ano.

A atuação do Conselho em 2025 evidencia uma governança madura, diligente e alinhada às melhores práticas, com acompanhamento próximo da agenda regulatória e legislativa, coerência entre estratégia e orçamento e compromisso permanente com a defesa técnica e estruturada da geração hidrelétrica no Brasil.

Composição do Conselho em 2025



AUREN ENERGIA

Titular: Fábio Zanfelice
Suplente: Priscila Lino



AXIA ENERGIA

Titular: Rodrigo Limp
Suplente: Luiz Laércio Simões



COPEL

Titular: André Gomes
Suplente: Kleberon Silva



CTG BRASIL

Titular: Evandro Vasconcelos
Suplente: Vitor Lazzareschi



ENGIE

Titular: Gabriel Mann
Suplente: Leandro Xavier



NEOENERGIA

Titular: Solange Ribeiro
Suplente: Claudia Suanno



NORTE ENERGIA

Titular: Paulo Roberto Pinto
Suplente: Silvia Cabral

Equipe Técnica da Abrage

Diretoria Executiva e Equipe Técnica – 2025

Em 2025, a Abrage consolidou a estrutura organizacional iniciada no processo de modernização institucional dos últimos anos, fortalecendo sua capacidade técnica e ampliando a eficiência na coordenação das agendas regulatória, legislativa e institucional.

A equipe própria da Associação passou a desempenhar papel ainda mais estratégico na sistematização de contribuições técnicas, na articulação com os Poderes Executivo e Legislativo e no suporte qualificado aos Comitês Técnicos, assegurando alinhamento entre planejamento, execução e posicionamento institucional.

A composição da Diretoria Executiva e da equipe técnica reflete a multidisciplinaridade necessária à atuação da Abrage, reunindo profissionais com experiência nas áreas de regulação, engenharia, economia, jurídico, comunicação e relações institucionais.

Essa estrutura tem sido fundamental para:

- ampliar a capacidade de resposta técnica da Associação;
- reduzir assimetrias informacionais nas discussões regulatórias;
- organizar de forma mais eficiente os fluxos internos de trabalho;
- desonerar as associadas de demandas operacionais recorrentes;
- garantir coerência e consistência nas posições institucionais defendidas.

Composição da Diretoria Executiva e Equipe Técnica – 2025

Presidente-Executiva

Marisete Pereira

Diretora

Camilla Fernandes

Assessoria de Comunicação

Bruna Bonelli

Marcio Guarany

Assessoria Parlamentar e Relações Institucionais

Martha Lyra

Assessoria Técnica

José Eduardo Filgueiras

Lízia Reis

Paulo César Magalhães Domingues

Marcela De Marchi Dias

Assessor Jurídico

Christian Figueiredo

Administrativo

Gláucia Meireles

Karina Ferreira



Objetivos Estratégicos

Em 2025, além de uma comunicação ativa e qualificada, a Abrage concentrou seus esforços em cinco objetivos estratégicos: aprimorar a formação de preços, fortalecer a competitividade e a segurança de mercado, mitigar os impactos dos cortes de geração, ampliar a contribuição das hidrelétricas para a capacidade do sistema e assegurar a remuneração da flexibilidade. Esses eixos reforçaram o papel da hidroeletricidade como pilar estruturante da segurança, da eficiência econômica e da sustentabilidade do setor elétrico brasileiro.

Ao longo do ano, a Abrage consolidou sua liderança setorial por meio de participação ativa em mais de 245 eventos e reuniões institucionais estratégicas, dialogando com as principais instâncias públicas e privadas do setor elétrico. Entre os interlocutores estiveram a Câmara dos Deputados (CD), o Senado Federal (SF), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Casa Civil (CC), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a Agência

Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Essa atuação ampliou a contribuição técnica e institucional da associação na formulação e no aperfeiçoamento de políticas públicas, bem como no desenvolvimento do arcabouço legal e regulatório do setor elétrico. Como resultado, registram-se avanços relevantes para a valorização da hidroeletricidade e para a construção de um ambiente de negócios mais estável, eficiente e previsível.

A participação estratégica da Abrage fortaleceu o diálogo institucional e ampliou o reconhecimento do papel das hidrelétricas nas decisões relacionadas ao planejamento e à regulamentação setorial, à operação do sistema elétrico, à comercialização de energia, ao uso dos recursos hídricos, bem como à segurança energética, à eficiência operacional e à responsabilidade socioambiental das usinas.

Temas Prioritários e Objetivos Estratégicos



1. Comunicação Estratégica e Posicionamento Institucional

Em 2025, a comunicação da **Abrage** consolidou-se como um **instrumento de atuação institucional**, deixando de ser apenas uma área de divulgação para tornar-se um vetor de influência técnica e política. O crescimento dos indicadores reflete o fortalecimento da Associação como protagonista nos debates que definem o futuro do setor elétrico.

A. Resultados e Evolução: O Salto de Representatividade

A estratégia adotada resultou em um crescimento robusto, evidenciando uma presença de mercado muito mais incisiva em comparação ao ano anterior:

- **Autoridade na Imprensa:** Alcançamos o marco de **85 inserções e menções espontâneas** (entre entrevistas e citações) nos principais veículos de economia e energia. Esse volume representa um salto de **35% em relação às 63 ações de 2024**, consolidando a Abrage como fonte primária para o jornalismo especializado.
- **Produção de Conteúdo de Opinião:** Publicamos **12 artigos assinados** (um aumento de **33% frente aos 9 de 2024**), pautando veículos de grande circulação como Estadão e Jota.info com análises estratégicas sobre a matriz elétrica.
- Realizado em 2025, o evento da Agência INFRA foi um marco ao reunir o Legislativo, o Executivo, investidores e a mídia para debater **“O Papel das Hidrelétricas na Transição Energética”**. O encontro promoveu uma discussão estratégica sobre o futuro da hidreletricidade, focando em como fortalecer o sistema elétrico e gerar benefícios diretos para a sociedade.
- **Influência Digital:** A presença no LinkedIn foi intensificada, atingindo **175 publicações anuais**, um crescimento de **35,6% frente às 129 de 2024**. Mais do que volume, esse alcance reflete a capilaridade das teses da Abrage junto a *stakeholders* qualificados.
- **Engajamento em Eventos:** Participamos ativamente de **42 fóruns e eventos estratégicos**, um incremento de **35,4% em relação aos 31 eventos de 2024**, garantindo a voz das hidrelétricas em painéis decisórios.
- **Informativos:** Mantivemos a constância técnica com **32 boletins enviados** (crescimento de **14%**), mantendo as associadas e o mercado atualizados sobre a agenda regulatória.



B. Impacto Qualitativo: A Voz Técnica do Setor

A comunicação consolidou-se como instrumento estratégico da defesa institucional da Abrage, traduzindo temas técnicos complexos em posicionamentos claros e influentes no debate público. Essa atuação fortaleceu a Associação como referência em pautas estruturantes do setor elétrico, com destaque para: complexos em posicionamentos de alto impacto. A Abrage tornou-se voz indispensável em pautas relevantes:

- **Sinais de Preço e Valoração de Atributos:** defesa de sinais de preço adequados que reconheçam e remunerem atributos sistêmicos essenciais, como flexibilidade, capacidade e armazenamento.
- **Adequação de Potência e LRCAP 2026:** atuação em defesa de um desenho de leilão que preserve a atratividade do certame, assegure condições competitivas para as hidrelétricas e fortaleça a segurança do suprimento.
- **Competitividade e Segurança de Mercado:** evidência das distorções concorrenciais e da necessidade de aprimorar os mecanismos de segurança do mercado, com foco na racionalização de subsídios e na previsibilidade regulatória.
- **Cortes de Geração (Curtailment):** comunicação dos impactos operacionais e econômicos dos cortes de geração sobre as hidrelétricas, reforçando a necessidade de aprimoramento do modelo atual.

O volume e a diversidade das publicações reforçam o posicionamento da Abrage como **fonte técnica qualificada e interlocutora estratégica no setor elétrico**, ampliando o alcance das mensagens institucionais e contribuindo para a valorização da hidroeletricidade no debate sobre segurança energética, flexibilidade e transição energética.

Comunicação Abrage em números

	2024	2025	Crescimento %
Entrevistas e citações na imprensa	63	85	+35% ↑
Artigos de opinião publicados	9	12	+33% ↑
Participações em Eventos	31	42	+35% ↑
Publicações no LinkedIn	129	175	+36% ↑

2. Corte de Geração

Mitigação de impactos e ampliação da exportação de energia hidrelétrica

A Abrage manteve, ao longo de 2025, atuação técnica e institucional contínua para mitigar os efeitos dos cortes de geração sobre as hidrelétricas. A agenda concentrou-se na revisão do ordenamento histórico que prioriza o corte da geração hidráulica, bem como na defesa de um rateio equilibrado dos efeitos econômicos do *curtailment*. Entre as principais iniciativas estão:

- Interlocução permanente com o ONS, CCEE e MME para o aprimoramento da metodologia de exportação da Energia Vertida Turbinável (EVT), incluindo a antecipação da exportação como instrumento operativo para reduzir perdas energéticas e mitigar cortes evitáveis. Como desdobramento institucional relevante, o MME incluiu em sua Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 a previsão de definição, no 1º trimestre de 2026, de diretrizes para a exportação de excedentes energéticos, sinalizando avanço concreto na agenda defendida pela Associação.
- Participação ativa na terceira fase da Consulta Pública ANEEL nº 45/2019, com estudos técnicos voltados à definição de um novo ordenamento físico e econômico dos cortes de geração e à construção de um modelo de rateio mais justo do *curtailment*, abrangendo todos os agentes que contribuem para a sobreoferta, incluindo a MMGD e as usinas conectadas na distribuição (tipo III).
- Contribuições ao Plano de Trabalho do GT Cortes de Geração do CMSE, reforçando a necessidade de alinhamento estruturado entre planejamento da expansão, operação do sistema e sinal econômico adequado, de modo a preservar a confiabilidade e a eficiência do setor.
- Atuação decisiva para a consolidação, na Lei nº 15.269/2025, do direito ao ressarcimento dos geradores hidrelétricos por cortes de geração decorrentes de indisponibilidades externas, especialmente restrições em instalações de transmissão alheias à gestão dos empreendimentos, corrigindo uma lacuna regulatória histórica e ampliando a segurança jurídica do ambiente de negócios.

3. Competitividade e Segurança de Mercado

Redução de subsídios, mitigação de encargos e fortalecimento da segurança do mercado

A atuação técnica e institucional da Abrage foi decisiva para a racionalização de subsídios, a mitigação de distorções concorrenciais e o fortalecimento da segurança jurídica e econômica do mercado de energia elétrica. Entre os principais avanços estão:

- **Lei nº 15.269/2025 – Marco de racionalização de subsídios e fortalecimento da isonomia competitiva.**

A Abrage exerceu papel relevante tanto no processo legislativo no Congresso Nacional quanto na interlocução junto ao Poder Executivo, inclusive na fundamentação técnica de vetos estratégicos. O texto final da Lei passou a limitar a ampliação e a prorrogação de subsídios custeados pela CDE, sinalizando inflexão na trajetória de crescimento estrutural dos encargos setoriais; vedar descontos tarifários para consumidores que migram ou ampliam carga no mercado livre, coibindo novos subsídios cruzados; condicionar a equiparação à autoprodução ao efetivo consumo próprio e à participação societária mínima na geração, reforçando o vínculo econômico entre carga e empreendimento gerador; e reafirmar o caráter de autoconsumo na MMSGD, preservando a finalidade original do modelo. Além da racionalização de incentivos, a Lei modernizou o arcabouço regulatório com foco em segurança energética, reforçando o papel estratégico da hidreletricidade ao reconhecer e valorizar atributos essenciais à confiabilidade do sistema como capacidade firme, flexibilidade operativa, armazenamento e prestação de serviços ancilares, além de prever expressamente a contratação de usinas hidrelétricas reversíveis e estabelecer categoria de licenciamento ambiental especial e prioritário de usinas hidrelétricas convencionais e reversíveis, fortalecendo a expansão eficiente da oferta e aprimorando o ambiente competitivo do setor elétrico.

- **Lei nº 15.235/2025 – Repactuação do Uso de Bem Público (UBP).**

A publicação da norma incorporou dispositivo relevante para a repactuação do UBP, ampliando previsibilidade contratual, racionalidade econômica e segurança jurídica para os empreendimentos hidrelétricos.

- **Atuação em proposições legislativas estruturantes (Lei das Eólicas Offshore, PL do Hidrogênio Verde e PL Combustível do Futuro).**

A Abrage atuou junto ao Executivo e ao Congresso Nacional para viabilizar vetos estratégicos e ajustes técnicos que evitaram a criação ou ampliação de subsídios setoriais e a introdução de conceitos regulatórios desalinhados ao modelo elétrico brasileiro, como a adicionalidade em bases inadequadas, preservando a competitividade das hidrelétricas e protegendo o consumidor de encargos adicionais.

- **Segurança de Mercado e Estabilidade Sistêmica.**

A Associação contribuiu de forma decisiva para o aprimoramento do monitoramento prudencial, instrumento essencial para mitigar riscos de inadimplência e fortalecer a disciplina financeira do mercado. Destaca-se ainda a implementação do mecanismo concorrencial de solução dos valores represados do GSF/MRE, que encerrou um ciclo de judicialização superior a uma década e restabeleceu previsibilidade, liquidez e segurança jurídica ao mercado de curto prazo.

- **Aprimoramentos no Mercado Regulado.**

Contribuições técnicas para o êxito dos Leilões de Energia Existente de 2025, incluindo a comercialização de energia existente em leilões A-1, A-2 e A-3, promoveram maior liquidez, eficiência alocativa e equilíbrio concorrencial no mercado regulado.



4. Aprimoramentos na Formação de Preços

Melhoria da governança dos modelos e da sinalização de preços

A Abrage teve atuação decisiva no avanço da modernização dos mecanismos de formação de preços no setor elétrico, contribuindo para maior aderência dos modelos computacionais à operação real do SIN. Entre os principais resultados destacam-se:

- Avanço consistente na modernização dos modelos de formação de preços, com a **incorporação do Newave Híbrido e da nova metodologia de CVU Estrutural**, considerando contribuições técnicas da Abrage e resultando em redução consistente da volatilidade do PLD em todos os subsistemas, menor recorrência de episódios de picos extremos de preços e transições mais suaves entre patamares de preço, o que aprimora a qualidade do sinal econômico ao refletir condições estruturais de escassez, reduz distorções alocativas e amplia a previsibilidade para os agentes do setor.
- **Atuação técnica nos estudos e nas decisões sobre definição de critérios de aversão a risco**, defendendo maior conexão entre a operação realizada pelo ONS e os resultados dos modelos matemáticos de formação de preço. A Abrage contribuiu para o aprimoramento da representação das restrições operativas, das condições hidrológicas e da gestão dos reservatórios nos modelos computacionais, promovendo maior aderência entre despacho real e sinal econômico, redução de distorções alocativas e fortalecimento da previsibilidade do mercado.
- **Contribuição técnica e institucional para a consolidação do novo marco legal, materializado na Lei nº 15.269/2025**, que fortaleceu a integração entre planejamento, operação e mercado ao incorporar, de forma explícita, elementos estruturantes para o aperfeiçoamento do sinal de preço da energia elétrica e da



alocação eficiente de custos no sistema. A Lei passou a prever a consideração, nos modelos e na governança setorial, de **restrições reais de defluência e de armazenamento dos reservatórios, de restrições de rampas de subida e descida de usinas hidrelétricas e termelétricas e da reserva de potência operativa**; estabeleceu a previsão expressa de **remuneração da reserva de potência operativa**, inclusive da geração hidrelétrica, considerando atributos sistêmicos como inércia, regulação de frequência e capacidade de partida autônoma; aprimorou as **regras de custeio e rateio da reserva de capacidade**, com critérios associados ao perfil de carga e à contribuição dos agentes para a necessidade de contratação; e instituiu **mecanismos competitivos para incentivar a geração** e a resposta da demanda **nos horários de maior carga**, com remuneração de valores superiores ao PLD e de **adicional específico para usinas hidrelétricas reversíveis**, reforçando o sinal econômico de escassez e a eficiência alocativa do mercado.

- **Aprovação e regulamentação de nova governança do CT PMO/PLD**, sob as diretrizes da Resolução CNPE

nº 1/2024, estabelecendo processo decisório mais estruturado, participativo e transparente para a evolução dos modelos computacionais de formação de preços. A nova governança fortalece a previsibilidade regulatória, aprimora a coordenação entre planejamento, operação e mercado e assegura maior rigor técnico e *accountability* na incorporação de aprimoramentos metodológicos, reduzindo assimetrias informacionais e elevando a qualidade institucional do processo de definição do PLD.

- **Participação ativa da Abrage nos Workshops da CCEE – Projeto Meta II – Formação de Preços (2025) e conclusão do estudo de *backtest* da Dupla Contabilização**, com ampla disseminação técnica e apresentação dos resultados ao MME, à CCEE e ao ONS. A atuação da Associação contribuiu para o diagnóstico estruturado do modelo vigente e para a avaliação de alternativas evolutivas, incluindo dupla contabilização e preço por oferta, subsidiando decisões institucionais voltadas ao fortalecimento da coerência entre operação física e liquidação financeira e ao aperfeiçoamento do sinal econômico de curto prazo.



5. Flexibilidade

Remuneração da flexibilidade provida pelas hidrelétricas

A Abrage elevou a flexibilidade à condição de prioridade regulatória e estratégica do setor elétrico, posicionando as hidrelétricas como pilar central da segurança e da eficiência da transição energética. O tema passou a integrar de forma estruturada a agenda setorial, com sua inclusão nas discussões do Comitê de Monitoramento Setorial (CMSE) e o desenvolvimento pela EPE, de estudo específico, atualmente em andamento e com previsão de submissão ao CNPE, voltado à definição de um **novo critério de suprimento de flexibilidade**, a ser incorporado aos critérios estruturais já vigentes de atendimento à energia e à potência. A iniciativa busca conferir tratamento sistêmico à necessidade crescente de capacidade de resposta operativa, internalizando a flexibilidade como atributo formal de planejamento da expansão e de garantia de suprimento.

A Lei nº 15.269/2025 incorporou, de forma inédita, dispositivo expresso para a contratação da flexibilidade por meio dos leilões de reserva de capacidade, abrangendo empreendimentos hidrelétricos novos e existentes, criando a base legal para a remuneração desse atributo essencial.

Paralelamente, a Abrage promoveu engajamento estruturado em estudos independentes e projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) voltados à quantificação, valoração econômica e incorporação regulatória da flexibilidade como atributo sistêmico essencial.

- **Estudos e cooperação técnica:** Foram estabelecidas frentes de trabalho com o Instituto E+ Transição Energética, o GESEL/UFRJ e o Instituto Acende Brasil, com foco no desenvolvimento de propostas de aprimoramento regulatório capazes de criar sinal econômico específico para a flexibilidade. As iniciativas buscam estruturar mecanismos que internalizem, nos modelos de mercado e nos instrumentos de contratação, o valor da capacidade de modulação, armazenamento e resposta rápida provida pelas hidrelétricas, alinhando incentivos operativos à eficiência alocativa de longo prazo.
- **Validação institucional da relevância da flexibilidade:** O Plano da Operação Energética (PEN 2025) do ONS corroborou as projeções defendidas pela Abrage, indicando crescimento substancial da necessidade sistêmica de flexibilidade – superior a 50 GW nos próximos anos – o que reforça a urgência da implementação de mecanismos estruturados de remuneração adequada desse atributo estratégico.

6. Capacidade

Aprimoramentos e ampliação da participação das hidrelétricas nos LRCAPs

O tema da capacidade concentrou-se no LRCAP 2026 e nos Sistemas de Armazenamento Hidráulico – SAH (usinas hidrelétricas reversíveis), com avanços significativos na inclusão e valorização das hidrelétricas.

Em 2025, o eixo “Capacidade” concentrou-se no aperfeiçoamento do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP) 2026 e na consolidação dos Sistemas de Armazenamento Hidráulico (SAH), usinas hidrelétricas reversíveis, como solução estruturante para a segurança de suprimento. A atuação da Abrage resultou em avanços relevantes na inclusão, valorização e viabilização competitiva das hidrelétricas no mercado de capacidade.

- **Consolidação LRCAP como instrumento** estruturante da política de adequação de potência, reforçando seu papel na mitigação do risco de déficit de capacidade e na internalização do valor sistêmico da geração hidrelétrica despachável.
- **Republicação da Portaria de diretrizes e sistemática do LRCAP 2026**, com **leilão agendado para março de 2026**, contemplando produtos hidrelétricos 2030 e 2031, prioridade de contratação do produto hidro 2030 na sistemática, possibilidade de oferta por unidade ou agrupamento e acesso ao **REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura)**, **aprimorando as condições de competitividade do produto hidrelétrico**.
- **Ampliação do portfólio habilitado pela EPE**, ampliando o portfólio de empreendimentos aptos a competir no LRCAP 2026 (**aproximadamente 6 GW habilitados**).
- **Atuação coordenada para viabilizar autorizações regulatórias e ambientais** junto à ANEEL, à ANA e ao Ibama para participação de hidrelétricas no LRCAP 2026, **reduzindo incertezas institucionais e riscos de habilitação**.
- **Aprovação da Lei nº 15.269/2025**, que estabeleceu o marco legal do armazenamento de energia, incluindo SAH, reconheceu formalmente os atributos de potência, flexibilidade e serviços ancilares das hidrelétricas e criou bases legais para a remuneração adicional das hidrelétricas reversíveis, **fortalecendo o ambiente de investimento em armazenamento hidráulico de larga escala**.
- Participação ativa da Abrage em eventos técnicos e workshops nacionais e internacionais, **consolidando o entendimento das hidrelétricas reversíveis como solução madura e de longa vida útil para armazenamento em larga escala**.
- **Contribuições qualificadas à Consulta Pública ANEEL nº 039/2023** sobre armazenamento de energia, com foco nas regras de outorga, empilhamento de receitas, alocação de riscos e previsibilidade regulatória para SAH.
- Fortalecimento do consenso institucional sobre a **viabilidade técnica e econômica das hidrelétricas reversíveis no médio prazo**, posicionando-as como alternativa estratégica frente ao crescimento da demanda por flexibilidade e potência.

- **Estudo Estratégico de SAH:** Em parceria com GESEL/UFRJ, a Abrage viabilizou um estudo estratégico para mapear os desafios e oportunidades dos SAH. A iniciativa incluiu visita técnica ao Complexo de Lajes (Light Energia) e mobilização de decisores institucionais, com o objetivo de subsidiar a formulação de proposta estruturada de marco legal e de seus desdobramentos normativos, conferindo segurança jurídica e previsibilidade regulatória ao desenvolvimento da tecnologia no Brasil.
- **Repotenciação:** A Abrage iniciou o trabalho de busca de informações com as empresas associadas visando colaborar com a EPE na atualização do estudo de repotenciação e modernização de UHEs, e com vistas a mitigar o risco de

suprimento de potência no médio prazo **por meio de ganhos de eficiência e ampliação de capacidade instalada existente** (em andamento).

- No início de 2025, o **Ministério de Minas e Energia** promoveu, em parceria com a Abrage, um **encontro estratégico sobre Sistemas de Armazenamento Hidráulico (SAH)**, reunindo apresentações de experiências internacionais para impulsionar o debate no Brasil. O evento foi fundamental para o intercâmbio de conhecimentos globais, fornecendo subsídios técnicos e regulatórios essenciais para o avanço dessa tecnologia como solução de armazenamento e resiliência na matriz elétrica nacional.





Legislativo

A atuação da Abrage no Congresso Nacional em 2025 consolidou-se como um pilar estratégico para a defesa da segurança jurídica e a valorização dos atributos fundamentais da hidreletricidade, como a flexibilidade, a potência e a capacidade de armazenamento. Nossa presença nas Casas Legislativas vai além do acompanhamento formal; trata-se de um trabalho constante de relações institucionais fundamentado em uma construção diária de relacionamento e sustentado por interlocução técnica qualificada e construção contínua de credibilidade.

Essa interlocução ocorre não apenas com os parlamentares, mas estende-se a líderes, assessores e consultores técnicos, figuras-chave na construção das justificativas de votos em Comissões e no Plenário. A atuação da Abrage inicia-se no monitoramento sistemático das pautas e materializa-se na proposição de reuniões, apresentações técnicas de alto nível e sugestões de ajustes em Projetos de Lei e Medidas Provisórias. Como resultado, nossas contribuições são recebidas com elevada credibilidade, sendo essenciais para subsidiar tomadas de decisão e elevar a qualidade técnica dos debates sobre o setor elétrico.

Atuação nas grandes Reformas do Setor

O resultado mais significativo da atuação institucional da Abrage em 2025 foi a participação ativa na tramitação e no aperfeiçoamento das Medidas Provisórias nº 1.300/2025 e nº 1.304/2025, cuja conversão em lei consolidou um novo marco regulatório para o setor elétrico brasileiro. A atuação técnica da Associação contribuiu para a incorporação de avanços estruturantes e duradouros para a hidreletricidade, alinhados aos seis objetivos estratégicos de atuação da Abrage no exercício: comunicação institucional qualificada, tratamento dos cortes de geração, competitividade e

segurança de mercado, aprimoramentos na formação de preços, remuneração da flexibilidade e fortalecimento do mercado de capacidade com direcionamento legal para usinas hidrelétricas reversíveis.

A tramitação e aprovação das Medidas Provisórias representaram, portanto, não apenas atualização normativa, mas avanço estratégico na revalorização dos atributos da hidreletricidade e na construção de arcabouço institucional mais coerente com os desafios estruturais do setor elétrico brasileiro.

Licenciamento Ambiental

Acompanhamos as discussões nas audiências públicas sobre o assunto e concluímos que para o setor de geração, o destaque central é a alteração trazida pela Lei nº 15.269/2025, que estabelece o Licenciamento Ambiental Especial para usinas hidrelétricas e reversíveis. Essa medida reconhece o caráter estratégico desses empreendimentos para a segurança hídrica e energética, além da estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

As novas regras aplicam-se imediatamente a novos processos. Projetos em andamento deverão se adequar aos novos procedimentos nas fases subsequentes, garantindo que a sustentabilidade e a robustez da matriz energética brasileira avancem com segurança jurídica e eficiência. Embora o marco represente avanço relevante, ainda demanda regulamentação complementar, cujo desenvolvimento será acompanhado de forma permanente pela Abrage, com foco na preservação da viabilidade e da segurança jurídica dos empreendimentos hidrelétricos.

Ampliação do mercado livre de Energia

O tema segue em tramitação na Câmara dos Deputados. Em 2025, a Abrage estabeleceu um diálogo produtivo com o relator, Deputado Otto Alencar Filho, apresentando os desafios e a atualização do cenário atual. Nossas sugestões de aprimoramento foram bem recebidas, reforçando o papel da Associação como consultora técnica de confiança no Legislativo. A atuação concentrou-se na mitigação de assimetrias concorrenciais e na promoção de um ambiente de negócios saudável, sustentável e isonômico, capaz de assegurar previsibilidade regulatória e condições equitativas de competição no setor elétrico.



Segurança de Barragens

Acompanhamos e atuamos no PL 356/2019 que trata da categorização da Segurança de barragens e que prevê mudanças na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB - Lei nº 12.334/2010). A Abrage desenvolveu e apresentou contribuições técnicas estruturadas ao Parlamento, promovendo esclarecimentos técnicos e pedagógicos sobre as distinções entre barragens de hidrelétricas – quanto a

seus usos múltiplos, dimensões e robustos mecanismos de segurança – e barragens de rejeitos de mineração. A atuação incluiu interlocução direta com parlamentares e assessorias técnicas, com o objetivo de mitigar generalizações indevidas, assegurar proporcionalidade regulatória e garantir que a nova legislação reflita adequadamente a realidade operacional e o elevado padrão de segurança do setor hidrelétrico.

Política Nacional de Recursos Hídricos

Com base na Lei nº 9.433/1997, a Abrage participou de inúmeros debates em 2025, fornecendo dados técnicos sobre a eficiência das hidrelétricas e seus usos múltiplos, e a correta aplicação da compensação financeira a municípios, estados e União. Diante da intenção do Congresso de rever os valores

da compensação, a Abrage atua firmemente pela manutenção dos patamares atuais. Ressaltamos que nossas associadas já oferecem contrapartidas sociais e econômicas robustas, como geração de empregos, projetos de preservação ambiental e investimentos diretos em infraestrutura local.

Defesa Regulatória e Vetos Presidenciais

A Abrage trabalhou no início de 2025 fortemente na defesa e manutenção dos vetos às emendas do **PL 576/2021 das Eólicas Offshore** e obteve uma vitória no convencimento do executivo. Porém, no decorrer do

ano quando a Lei 15.097/2025 foi sancionada, houve a derrubada parcial de vetos pelo Congresso Nacional, o que foi avaliado como impacto negativo no aumento da conta de luz, na ampliação de subsídios.

Participação em Audiências Públicas

Data	Tema Estratégico	Local e Participante	Posicionamento e Impacto
02/07	Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia	Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados – Presidente Marisete Pereira	Abertura do debate sobre a necessidade de um marco legal para Sistemas de Armazenamento, defendendo a urgência da tecnologia para o equilíbrio do SIN.
30/09	Efeitos do <i>Curtaiment</i>	Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal – Presidente Marisete Pereira	Apresentação de dados sobre os prejuízos dos Cortes de Geração (<i>Curtaiment</i>), exigindo a correção das distorções e o rateio equitativo dos custos.
30/09	Planejamento de Longo Prazo (PDE)	Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados – Paulo Cesar Domingues	Defesa da visão de longo prazo e da necessidade de investimentos em flexibilidade e potência, destacando que o planejamento é a chave para a confiabilidade e custos mais baixos.
16/10	Armazenamento e Marco Legal	Comissão Mista da MPV 1304/2025 – Presidente Marisete Pereira	Defesa do armazenamento hidráulico como solução estrutural para o déficit de potência e flexibilidade do SIN, com marco legal específico e remuneração adequada, sem subsídios.

Impacto da Abrage em Números

A atuação técnica e institucional da Abrage no acompanhamento legislativo e regulatório contribuiu de forma decisiva para a incorporação das prioridades estruturais da geração hidrelétrica no novo arcabouço legal do setor elétrico, fortalecendo a segurança jurídica, a competitividade e a previsibilidade para os agentes.

Indicador de Atuação	Resultado 2025	Destaque e Significado
Leis Sancionadas com Correlação ao setor elétrico	7 Leis*	Este número representa 7 avanços institucionais em 2025, fruto do acompanhamento direto da Abrage, impactando positivamente o ambiente de negócios.
Audiências Públicas Apresentadas	4 APs	Quatro vezes a presença da Abrage em Comissões do Congresso, levando a voz técnica e dados concretos diretamente aos parlamentares.
Propostas Legislativas em Acompanhamento	82 Proposições	Defesa da visão de longo prazo e da necessidade de investimentos em flexibilidade e potência, destacando que o planejamento é a chave para a confiabilidade e custos mais baixos.

*1. Lei 15.097, de 10/01/2025; 2. Lei 15.103, de 22/01/2025; 3. Lei 15.181, de 28/07/2025; 4. Lei 15.190, de 08/08/2025; 5. Lei 15.235, de 08/10/2025; 6. Lei 15.269, de 24/11/2025; e, 7. Lei Complementar 214, de 16/01/2025







Participações Sociais

A atuação estratégica da Abrage em 2025 transcendeu o debate interno, materializando-se em uma participação técnica qualificada, estruturada e propositiva nos principais fóruns regulatórios do país. Essa atuação foi fundamentada na elaboração prévia de subsídios técnicos robustos e na construção de consensos nos fóruns internos da Associação – especialmente nos Comitês Técnicos e, em temas estratégicos, com participação do Conselho de Administração e apoio de consultorias especializadas – garantindo alinhamento institucional, profundidade analítica e consistência nas posições defendidas.

As Consultas Públicas (CP), Tomadas de Subsídios (TS), Audiências Públicas (AP) e Consultas Externas (CE) coordenadas por órgãos como ANEEL, MME, ANA e ONS constituíram canais institucionais fundamentais para a defesa técnica da geração hidrelétrica e de seus interesses estratégicos. Ao longo de 2025, a Abrage manteve uma atuação técnica intensa e estratégica, totalizando 31 manifestações formais em processos de construção normativa e regulatória. Esse volume reflete o compromisso da associação em assegurar a estabilidade e a valorização do setor hidrelétrico frente aos novos desafios da matriz brasileira.

Cada manifestação técnica e contribuição protocolada representou instrumento concreto de incidência regulatória fundamental para aprimorar o arcabouço regulatório, garantir a competitividade da hidreletricidade, mitigar distorções de mercado e assegurar o reconhecimento, valoração e remuneração dos atributos inestimáveis das Usinas Hidrelétricas. Nossa presença constante nesses espaços reafirma o compromisso institucional da Abrage com a construção de um setor elétrico mais equilibrado, previsível e alinhado aos desafios estruturais do setor elétrico brasileiro.

Participações em Consultas Públicas, Tomadas de Subsídios e Audiências Públicas

A seguir, indicamos as manifestações técnicas da Abrage nos processos de construção normativa, regulatória e institucional do setor elétrico ao longo de 2025.

1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Volume: 12 contribuições A ANEEL concentra o maior volume de interações, abrangendo desde regras de comercialização até a segurança de infraestruturas críticas.

Tipo/Nº	Objeto
CP 45/2019 (3ª Fase)	Critérios operativos para redução ou limitação de geração (<i>Curtailment</i>)
CP 31/2024	Aprimoramento das Regras de Comercialização da CCEE
CP 19/2025	Alteração da RN nº 1.064/2023 (Segurança de Barragens)
CP 20/2025	Regulamentação do Comitê de Governança Específica
CP 25/2025	Diretrizes para os Leilões de Energia Existente (A-1, A-2 e A-3)
CP 35/2025	Modernização e ajustes normativos pós-MP 1.304
TS 02/2025	Alteração dos Submódulos dos Procedimentos de Comercialização
TS 06/2025	Procedimentos de Rede e Regras de Comercialização
TS 07/2025	Guia sobre Mudanças Climáticas e Transição Energética
TS 11/2025	Agenda Regulatória 2026-2027 (Contribuição consolidada)
TS 19/2025	Metodologia de saldo e repactuação do UBP
AP 07/2025	Audiência Pública: Agenda Regulatória 2026-2027

2. Ministério de Minas e Energia (MME)

Volume: 09 contribuições As contribuições ao MME focaram em diretrizes estratégicas para a expansão do sistema e reconhecimento de custos.

Tipo/Nº	Objeto
CP 182/2025	Metodologia de avaliação do nível de aversão ao risco nos modelos
CP 186/2025	Riscos e aprimoramento dos modelos computacionais do setor
CP 188/2025	Mecanismo Concorrencial GSF (MPV nº 1.300/2025)
CP 190/2025	Reconhecimento de investimentos complementares (Bens Reversíveis)
CP 193/2025	Despacho por Garantia Energética e Governança do CMSE
CP 194/2025	Diretrizes e sistemática do LRCAP 2026
CP 192/2025	Aquicultura em Reservatórios (MME/MPA)
GT s/nº	Grupo de Trabalho CMSE: Tratamento dos Cortes de Geração
Ofício 11/2025	Manifestação técnica ao CMSE sobre Cortes de Geração

3. Órgãos Técnicos e de Operação (ONS e ANA)

Volume: 06 contribuições Atuação em normas operativas, hidrologia e gestão de reservatórios.

Órgão	Tipo/Nº	Objeto
ONS	CE 06/2025	Consulta Externa: Aprimoramentos Operativos
ONS	CE 09/2025	Programação Diária da Operação (PDO / Deck D-1)
ONS	CE 11/2025	Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Rede (Transmissão)
ANA	TS 01/2025	Diretrizes para Relatório de Instalações Hidrológicas
ANA	CP 04/2025	Outorgas, DRDH e Usos de Recursos Hídricos
ANA	TS s/nº	Manifestação técnica sobre Assoreamento de Reservatórios

4. Atuação Interministerial e Clima (MMA, MF, MDIC)

Volume: 04 contribuições Temas transversais de sustentabilidade, incentivos industriais e plano clima.

Órgão	Objeto
MMA	Plano Clima: Adaptação e Estratégia de Mitigação
MMA (FMASE)	Plano Clima Energia: Contribuição via entidade setorial
Fazenda	Implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira
MDIC	REDATA - Regime Especial da Indústria (MPV nº 1.318)

Número de processos







Comitês Técnicos

Atuação dos Comitês Técnicos

Os Comitês Técnicos constituem elemento essencial da governança da Abrage. São o espaço permanente de articulação entre as associadas, de produção de conhecimento técnico qualificado e de construção de posicionamentos institucionais que orientam a atuação da Associação junto aos Poderes Executivo e Legislativo, às agências reguladoras e às demais instituições do setor elétrico.

Em 2025, os Comitês reuniram centenas de especialistas das empresas associadas, que participaram de forma ativa e estruturada de mais de duas centenas de reuniões técnicas ao longo do ano. Essa mobilização refletiu a intensidade da agenda regulatória e legislativa do período, marcada pela modernização do marco legal do setor elétrico, pela discussão sobre reserva de capacidade e potência, pelos aperfeiçoamentos na formação de preços, pelos debates sobre cortes de geração (*curtailment*), além do avanço da agenda climática e de segurança sistêmica.

A atuação integrada entre os Comitês permitiu à Abrage combinar profundidade técnica, coerência jurídica e articulação institucional, assegurando que a perspectiva da geração hidrelétrica estivesse presente nas principais decisões regulatórias e legislativas de 2025. Mais do que instâncias consultivas, os Comitês afirmaram-se como núcleo estruturante da capacidade técnica da Associação, fortalecendo a qualidade das contribuições apresentadas e ampliando a influência institucional da Abrage na formulação de políticas públicas.

Comitê de Regulação e Comercialização (CRC)

Em 2025, o CRC, com 178 membros e 32 reuniões realizadas, consolidou-se como o relevante eixo técnico-regulatório da Abrage, estruturando sua atuação em quatro frentes centrais: modernização do marco legal, formação de preços, reserva de capacidade e segurança de mercado.

No âmbito da modernização normativa, o Comitê teve participação ativa na tramitação das Medidas Provisórias nº 1.300/2025 e nº 1.304/2025, posteriormente convertidas nas Leis nº 15.235/2025 e nº 15.269/2025. Coordenou análises técnicas, estruturou propostas e contribuiu para a incorporação de dispositivos estratégicos para a geração hidrelétrica, com destaque para o reconhecimento da flexibilidade e da reserva de potência operativa, aprimoramentos na formação de preços e solução para a repactuação da UBP. Atuou também na defesa de vetos a dispositivos potencialmente geradores de distorções concorrenciais ou insegurança jurídica.

Na agenda de formação de preços, o CRC liderou a análise da 3ª fase da CP ANEEL nº 45/2019, com apoio técnico especializado para avaliação de impactos e cenários de dupla contabilização, além de acompanhar discussões sobre Meta II, validação dos modelos NEWAVE e DESSEM e critérios de aversão a risco. A atuação buscou assegurar

maior aderência entre despacho físico e sinal econômico, reduzindo assimetrias e fortalecendo a previsibilidade do mercado.

No eixo de reserva de capacidade, o Comitê participou ativamente das discussões sobre o LRCAP 2026, defendendo a inclusão do Produto Potência Hidrelétrica em condições competitivas e acompanhando as Consultas Públicas do MME e os estudos técnicos da EPE. A atuação combinou contribuições formais, reuniões institucionais e articulação técnica junto aos principais órgãos setoriais.

Em segurança de mercado, o CRC acompanhou o Monitoramento Prudencial da CCEE, a agenda sancionadora da ANEEL e os desdobramentos da abertura do mercado, além de liderar a análise do Leilão do GSF sob a ótica regulatória e concorrencial.

No tema de cortes de geração (*curtailment*), coordenou estudos técnicos sobre critérios de ordenamento e rateio econômico, estruturando posicionamentos institucionais junto à ANEEL, MME, ONS e Congresso Nacional.

Ao longo de 2025, o CRC destacou-se pela profundidade técnica, capacidade de resposta regulatória e integração entre dimensões econômica, jurídica e institucional, reafirmando seu papel estruturante na formulação das posições estratégicas da Abrage.



RO PRESENC S COMÊS

peração Eletro... (CPO) e c
io e Comerc



DEL
ergian

Comitê de Planejamento e Operação Eletroenergética (CPO)

O CPO, com 155 membros e 21 reuniões realizadas, concentrou sua atuação na coerência entre operação física do SIN, planejamento de médio e longo prazo e sinal econômico.

Participou, conjuntamente com o CRC, da análise técnica da CP ANEEL nº 45/2019 (*curtailment*) e da modelagem de cenários de rateio com apoio da PSR, assegurando alinhamento entre despacho real e impactos econômicos.

Contribuiu para a discussão da CP MME nº 182/2025 (aversão ao risco), defendendo que a parametrização dos modelos computacionais incorpore adequadamente restrições físicas e custos sistêmicos.

Atuou ainda em temas como governança de reservatórios, déficit de potência, integração de armazenamento hidráulico (SAEH), e debate sobre expansão hidrelétrica no PDE 2034/2035. O encontro presencial conjunto CRC/CPO, realizado em 2025, consolidou a integração técnica entre regulação e operação.

Comitê de Segurança de Barragens (CSB)

O CSB, com 111 membros e 10 reuniões realizadas, manteve agenda estruturada voltada ao aprimoramento da Política Nacional de Segurança de Barragens e à harmonização de procedimentos técnicos.

Destacam-se em sua atuação, o alinhamento técnico sobre a elaboração e implementação do Plano de Segurança de Barragens (PSB) e do Plano de Ação de Emergência (PAE), bem como o aprofundamento das discussões relativas à aplicação do PAE em cascata. O Comitê também acompanhou e analisou Projetos de Lei que propõem alterações na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), avaliando seus impactos regulatórios para o segmento hidrelétrico. Ademais, promoveu

o lançamento e a divulgação do Guia de Orientações para Seleção de Sistemas de Alerta para Usinas Hidrelétricas, instrumento voltado ao aprimoramento da gestão de riscos e da comunicação com a população potencialmente afetada. Por fim, registrou-se a participação técnica na Damsweek 2025, com integração institucional junto ao Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), reforçando o intercâmbio de boas práticas e o alinhamento com referências nacionais e internacionais na área de segurança de barragens.

O Comitê reforçou a diferenciação técnica entre barragens de geração hidrelétrica e outras tipologias, defendendo regulação baseada em risco e critérios proporcionais.

Comitê de Recursos Hídricos (CRH)

Composto por 124 membros e com a realização de 9 reuniões ao longo de 2025, atuou de forma estratégica na interface entre a regulação hídrica, a operação do Sistema Interligado Nacional e a agenda de sustentabilidade. No período, destacou-se a participação na Tomada de Subsídios da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 01/2025, voltada às diretrizes para estações hidrológicas, bem como o aprofundamento das discussões técnicas sobre assoreamento de reservatórios e

atualização das curvas cota-área-volume. O Comitê também apresentou contribuições à Consulta Pública nº 192/2025, relativa à aquicultura em reservatórios, e participou de workshop sobre governança integrada de reservatórios, com a presença do MME, da ANA, do ONS e da EPE. Ao longo do ano, o CRH reforçou a compreensão dos reservatórios como ativos estratégicos para a segurança hídrica, a flexibilidade operativa do sistema elétrico e a resiliência frente aos impactos climáticos.

Comitê Socioambiental (CSA)

Composto por 86 membros e responsável pela realização de 27 reuniões de trabalho ao longo de 2025, ampliou significativamente sua atuação para além do acompanhamento de processos de licenciamento ambiental, consolidando protagonismo na agenda climática e na formulação de políticas públicas relacionadas à transição energética. No período, participou ativamente da construção e do lançamento da Coalizão do Setor Elétrico rumo à 30ª COP30, além de contribuir para a elaboração do Relatório da Coalizão, defendendo a matriz elétrica brasileira como vetor estruturante de descarbonização. O

Comitê também atuou nas discussões do Plano Clima, com foco em adaptação, e na Consulta Pública da Taxonomia Sustentável Brasileira, bem como debateu, junto ao MME, minuta de Portaria sobre Aquicultura em Reservatórios. Ademais, levou ao Congresso Nacional a discussão sobre os Sistemas de Armazenamento de Energia Hidráulica (SAEH) como instrumento estratégico da transição energética. Ao longo do ano, o CSA consolidou a compreensão da hidreletricidade como pilar ambiental da matriz elétrica, e não apenas como fonte de geração de energia.



Comitê de Operação e Manutenção (CO&M)

Composto por 94 membros e com a realização de 112 reuniões ao longo de 2025, concentrou sua atuação na modernização do parque gerador, na eficiência operacional e no fortalecimento do benchmarking entre as associadas. No período, destacaram-se a publicação dos Relatórios Anuais de Desempenho de Equipamentos referentes aos anos de 2023 e 2024, bem como a atuação técnica junto ao ONS e à ANEEL para

a revisão das horas de expurgo associadas a processos de modernização e do critério de disponibilidade de referência das usinas. O Comitê também promoveu discussões sobre modernização, repotenciação e hibridização de empreendimentos hidrelétricos. Ao longo do ano, o CO&M reforçou a modernização como alternativa estrutural para expansão de capacidade instalada, com reduzido impacto ambiental e elevada eficiência sistêmica.

Comitê de Segurança Cibernética (CESI)

Composto por 94 membros e com a realização de 7 reuniões ao longo de 2025, concentrou sua atuação no fortalecimento da proteção digital das usinas hidrelétricas e das infraestruturas associadas ao sistema elétrico. O Comitê estruturou seus trabalhos em quatro eixos estratégicos, acompanhando a implementação da Resolução Normativa nº 964 da ANEEL, que estabelece diretrizes para a segurança cibernética no setor elétrico, bem como o atendimento ao Despacho ANEEL nº 427/2025, relacionado a providências específicas exigidas das concessionárias. Também monitorou a aplicação do procedimento operacional do ONS voltado a controles mínimos de segurança cibernética (RO-CB.BR.01), avaliando impactos práticos e requisitos de conformidade para as associadas.

Além disso, o CESI avançou na estruturação de mecanismos de cooperação entre as empresas, por meio da articulação de um modelo de resposta coordenada a incidentes cibernéticos (*CSIRT – Computer Security Incident Response Team*), fortalecendo a troca de informações e a prevenção de riscos. O Comitê também promoveu o 4º Encontro Técnico de Segurança Cibernética, ampliando o intercâmbio de experiências e boas práticas entre especialistas do setor. Ao longo do ano, o CESI consolidou uma abordagem preventiva e sistêmica, contribuindo para a construção de uma cultura permanente de gestão de riscos digitais no âmbito da geração hidrelétrica.



Comitê Jurídico (CJUR)

O Comitê Jurídico (CJUR), composto por 62 membros e com a realização de 11 reuniões ao longo de 2025, desempenhou papel transversal e estratégico no suporte às principais agendas regulatórias e legislativas da Abrage. O Comitê foi responsável pela análise jurídica aprofundada das Medidas Provisórias nº 1.300/2025 e nº 1.304/2025, posteriormente convertidas em lei, avaliando riscos, oportunidades e impactos para as concessionárias de geração hidrelétrica.

No curso da tramitação legislativa, o CJUR coordenou a elaboração de cartas e notas técnicas destinadas a subsidiar pedidos de veto a dispositivos considerados prejudiciais ao equilíbrio do setor, especialmente aqueles que poderiam gerar distorções concorrenciais, encargos indevidos ou insegurança jurídica. Também atuou na análise da Consulta

Pública ANEEL nº 035/2025, examinando seus fundamentos regulatórios e seus efeitos sobre as concessões, bem como no exame das diretrizes do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP 2026), contribuindo para assegurar coerência normativa entre planejamento, contratação e remuneração da potência.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou os aspectos jurídicos do Leilão do GSF, com foco na segurança jurídica das soluções adotadas para equacionamento de passivos decorrentes da judicialização do risco hidrológico. Ao longo do ano, o CJUR garantiu consistência técnica às posições institucionais da Abrage, assegurando fundamentação legal qualificada e alinhamento com o marco regulatório do setor elétrico.

Comitê Institucional (CIN)

O Comitê Institucional (CIN), composto por 40 membros e com a realização de 8 reuniões ao longo de 2025, foi responsável por coordenar a articulação parlamentar e o relacionamento institucional da Abrage com o Congresso Nacional e demais autoridades públicas. O Comitê acompanhou de forma sistemática a tramitação das Medidas Provisórias nº 1.300/2025 e nº 1.304/2025, participando de audiências públicas no Senado Federal, reuniões técnicas na Câmara dos Deputados e encontros com parlamentares e assessorias legislativas.

Além da presença ativa nos debates legislativos, o CIN atuou na articulação para vetos a dispositivos considerados prejudiciais ao equilíbrio do setor elétrico, promovendo diálogo técnico com a Casa Civil e ministérios envolvidos no processo de sanção. Também acompanhou de perto a sanção da Lei nº 15.269/2025, assegurando que as contribuições defendidas pela Abrage fossem adequadamente refletidas no texto final. Ao longo do ano, o Comitê manteve interlocução qualificada com lideranças políticas e autoridades setoriais, garantindo que o posicionamento técnico da Associação fosse considerado nas principais decisões legislativas e institucionais do setor elétrico.

Comitê de Comunicação (CCOM)

Composto por 28 membros e com a realização de 9 reuniões ao longo de 2025, ampliou significativamente seu escopo de atuação. Ao longo do ano, o Comitê deixou de atuar exclusivamente na divulgação institucional para assumir papel estruturante na construção e consolidação da narrativa setorial da hidreletricidade no debate público.

Entre as principais iniciativas, destacam-se a publicação de artigos técnicos e posicionamentos em veículos especializados do setor elétrico e da imprensa econômica, a organização de coletivas de imprensa estratégicas em momentos-chave da agenda regulatória e legislativa, bem como a coordenação da campanha e da articulação institucional relacionadas à COP30. O Comitê também promoveu webinar e seminários

dedicados aos Sistemas de Armazenamento de Energia Hidráulica (SAEH), contribuindo para qualificar o debate sobre potência, flexibilidade e segurança do sistema elétrico. Além disso, fortaleceu a presença digital da Associação, com produção contínua de conteúdo técnico e institucional e ampliação da interlocução com jornalistas, formadores de opinião e *stakeholders*.

Ao final de 2025, a Comunicação consolidou a Abrage como referência técnica no debate público sobre reserva de capacidade, cortes de geração (*curtailment*), Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) e transição energética, ampliando a visibilidade institucional e a influência da Associação junto às principais instâncias de decisão do setor elétrico.

Comitê de Saúde e Segurança no Trabalho (CSST)

O Comitê de Saúde e Segurança no Trabalho (CSST), composto por 73 membros e com a realização de 6 reuniões ao longo de 2025, estruturou uma agenda contínua voltada ao aprimoramento da gestão de saúde e segurança nas usinas hidrelétricas associadas. O Comitê concentrou esforços na incorporação de inovações tecnológicas aplicadas à segurança do trabalho, na consolidação e análise de estatísticas semestrais de acidentes e indicadores de desempenho, bem como no fortalecimento da gestão de empresas contratadas.

Entre os principais avanços do ano, destaca-se a criação de um Grupo de Trabalho destinado à elaboração de um Guia de Boas Práticas

para Empresas Contratadas, com o objetivo de padronizar procedimentos, elevar o nível de conformidade e disseminar referências técnicas entre as associadas. O Comitê também promoveu workshops técnicos e debates especializados, incentivando a troca de experiências e o compartilhamento de soluções voltadas à prevenção de acidentes. Ao longo do período, houve ainda integração de novas coordenações técnicas, fortalecendo a governança interna do Comitê.

Com essas iniciativas, o CSST consolidou uma cultura de prevenção, responsabilidade e melhoria contínua em saúde e segurança ocupacional no âmbito da geração hidrelétrica representada pela Abrage.



Fortalecendo a Base para 2026

A atuação dos Comitês Técnicos em 2025 não apenas resolveu questões imediatas, mas pavimentou o caminho para os compromissos de 2026. A troca de expertise entre os associados e o patrocínio das empresas membros nas reuniões presenciais demonstram a força de uma associação que atua de forma coordenada para manter o Brasil como líder global em energia limpa, estável e competitiva.



Conclusão

Consolidando o Legado para a Próxima Década

Ao encerrar o exercício de 2025, a Abrage reafirma sua posição como pilar de sustentação e vanguarda do setor elétrico brasileiro. As conquistas e o aprendizado relatados nestas páginas – como o aprimoramento da formação de preços, os ajustes na competitividade do mercado o avanço na remuneração da flexibilidade e da capacidade, e a consolidação de marcos legais estruturantes para o armazenamento hidráulico – não são resultados isolados, mas o fruto de uma visão técnica rigorosa e de um diálogo institucional incansável.

O ano de 2025 provou que a matriz elétrica brasileira, historicamente renovável, exige permanente aperfeiçoamento regulatório para preservar sua competitividade, confiabilidade e eficiência econômica. A Abrage soube ler este cenário, transformando desafios operacionais, como o *curtailment*, em pautas de modernização regulatória e de valorização da geração hidrelétrica.

Olhamos para 2026 com o compromisso renovado de continuar monitorando as propostas legislativas em curso e acompanhar e contribuir para a regulamentação e a efetiva aplicação das diretrizes consolidadas nas leis aprovadas ao longo do ano. Agradecemos às nossas associadas, cujos especialistas compõem a inteligência técnica de nossos comitês, e reafirmamos: a Abrage seguirá trabalhando para que o Brasil continue sendo uma referência mundial de energia limpa, estável e competitiva.

**Pela valorização do nosso
maior patrimônio energético.
Pela força das águas.**



Edifício Le Quartier
SHN – Quadra 1 – Bloco 1 - Conjunto A
8° Andar, Salas 821 a 826
Brasília / Distrito Federal / Brasil
(61) 3551-4805

MAGE YOUR IMAGE
HERE GOES HERE

YOUR IMAGE YOUR
GOES HERE GOES

MAGE YOUR IMAGE
HERE GOES HERE

YOUR IMAGE YOUR
GOES HERE GOES

MAGE YOUR IMAGE
HERE GOES HERE

YOUR IMAGE YOUR
GOES HERE GOES

MAGE YOUR IMAGE
HERE GOES HERE

YOUR IMAGE YOUR
GOES HERE GOES

MAGE YOUR IMAGE
HERE GOES HERE

YOUR IMAGE YOUR
GOES HERE GOES